

## **ATA DA 6ª. REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE DESAPROPRIAÇÕES INDENIZAÇÕES E REASSENTAMENTO**

Aos dois do mês de fevereiro de 2011, às 09:00 horas, na sede do Clube Recreativo Ortigueirense, reuniram-se as seguintes instituições: CECS, IBAMA, MPF, CPT, DPU, ONG ECO MAUÁ, ASSOCIAÇÃO SALTO MAUÁ, CPHTB e ELETROSUL. Iniciando os trabalhos o Coordenador, Sr. Gilmar Schwanka, informou aos presentes que foi assinado um aditivo ao Termo de Acordo que possibilitará o atendimento a alguns atingidos, totalizando até o momento mais de 20 famílias, que não estavam contemplados no Termo de Acordo original. Destacou que na reunião serão respondidos vários casos do mutirão e outros casos provenientes de reclamações dos atingidos. O Coordenador informou que serão 110 famílias beneficiadas com o reassentamento. A seguir o Dr. Akira leu para os presentes as condições do termo aditivo. O Sr. Gilmar informou que foi aferido o direito de cerca de 25 empregados, e que o CECS está adquirindo uma área de 95 alqueires, na qual será possível reassentar todos eles. A representante da CPT opinou que deve ser discutido com a comunidade o impacto da realocação de 25 famílias próximo ao Lageado Bonito. O Sr. Gilmar esclareceu que das 37 famílias já realocadas, 17 delas recebem verba de manutenção temporária definida após análise agrônômica e social caso a caso. Citou também que 15 famílias receberão uma verba de apoio ao primeiro plantio, e destacou que esse benefício não estava previsto no Termo de Acordo, mas que após justificativa técnica, estarão sendo pagos pelo CECS. Na sequência o Sr. Divonei questionou sobre o desmatamento e o impacto sobre os atingidos que ainda não foram realocados e permanecem na área do reservatório. Relatou um caso em que a cerca de área lindeira à área desmatada foi destruída, tendo exposto o gado. Opinou que todos os atingidos devem ser retirados antes da continuidade do desmate. O Dr. Akira esclareceu que todos os atingidos que estiverem na posse podem impedir o desmatamento de suas áreas, inclusive judicialmente. O Sr. Loyola esclareceu que só estão sendo desmatadas as propriedades que já foram liberadas, e que de fato houve problema com a derrubada de uma cerca numa propriedade em razão do desmate na área vizinha, mas que já está sendo sanado pelo CECS. Dr. Akira informou que aqueles que ainda não tiveram sua situação regularizada pelo CECS não devem sair da área. Orientou os presentes que registrem suas reclamações na Associação Salto Mauá. A Sra. Isabel alegou que o CECS deveria apresentar um cronograma para a realocação e o reassentamento dos atingidos, e afirmou que não é possível que ainda se discutam questões primárias como cercas na câmara técnica. Dr. Akira recomendou que o CECS notifique por escrito os atingidos para conhecimento das famílias quanto às intervenções na área atingida, como por exemplo a supressão de vegetação, e que seja estabelecido um prazo para realocação de cercas e demais obrigações dos atingidos, de maneira que fique claro para cada atingido quais os prazos. Afirmou que o CECS está demorando demais para resolver os problemas trazidos pelos atingidos e que se for necessário pedirá a paralisação da obra judicialmente. Alguns atingidos afirmaram que não aceitaram a cerca oferecida pelo CECS, pois a madeira não seria de boa qualidade. O Sr. Loyola alegou que estão sendo atendidas as demandas dos atingidos. Dr. Akira solicitou que no prazo de 10 dias o CECS apresente uma solução para os problemas trazidos pelos atingidos quanto ao problema das cercas, problemas relatados por várias pessoas, que tem prejudicado as atividades em áreas atingidas e em áreas de reassentamento, sob pena de serem tomadas medidas judiciais. O Sr. Chede foi convidado para esclarecer a questão do eucalipto utilizado para as cercas, e informou que a empresa contratada dará uma garantia de 5 (cinco) anos, sendo que esse eucalipto é utilizado inclusive para dormentes. Dr. Akira propôs um acordo para que o CECS faça um estudo e apresente uma proposta em 10 dias, inclusive quanto a possibilidade de utilização da madeira a ser retirada na supressão. A representante da DPU sugeriu que as

notificações aos atingidos sejam encaminhadas com 30 (trinta) dias de antecedência. O representante da Mineradora Tibagiana solicita explicações sobre retirada de cascalho na propriedade cujo processo junto ao DNPM tem o número 826.051/2003. Na sequência foram realizados os atendimentos individuais aos 36 atingidos que retiraram a senhas. A data da próxima reunião será marcada oportunamente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual eu, Luciana Maranhão, secretária “*ad hoc*”, lavrei a presente ata.